

IMPACTO DO ENFERMEIRO NO CUIDADO À GESTANTE NO SISTEMA PRISIONAL

IMPACT OF THE NURSE ON THE CARE OF PREGNANT WOMEN IN THE PRISON SYSTEM

IMPACTO DEL ENFERMERO EN EL CUIDADO DE LAS MUJERES EMBARAZADAS EN EL SISTEMA PENITENCIÁRIO

Ana Carolina Leite dos Santos¹
Daniele Vitoria Ribeiro Moraes²
Rafaella Santos Silva³
Wanderson Alves Ribeiro⁴
Fernanda Cardoso Corrêa Póvoa⁵
Enimar de Paula⁶

RESUMO: Este artigo analisa os desafios que a enfermagem encontra na assistência pré-natal às gestantes que estão privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro, enfatizando como as fragilidades estruturais, organizacionais e assistenciais afetam a qualidade do cuidado materno-infantil. A pesquisa teve como finalidade investigar como a enfermagem se envolve no pré-natal de gestantes privadas de liberdade, levando em conta os aspectos éticos, legais e institucionais que permeiam o cuidado à saúde no sistema prisional. É uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, realizada por meio de um levantamento bibliográfico nas bases SciELO, LILACS, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Acadêmico, abrangendo publicações entre 2021 e 2025. Para a seleção dos estudos, foram empregados descritores DeCS/MeSH, conectados por operadores booleanos. A análise dos artigos revelou que as maiores dificuldades que os profissionais de enfermagem enfrentam decorrem da precariedade da infraestrutura prisional, da falta de recursos humanos, do acesso limitado aos serviços de saúde e da ausência de protocolos específicos para o atendimento obstétrico no cárcere. Também se notou que a enfermagem desempenha um papel crucial na promoção de um cuidado integral e humanizado, além de garantir os direitos das gestantes que estão privadas de liberdade. Portanto, é fundamental que a assistência pré-natal no sistema prisional seja qualificada por meio do fortalecimento das políticas públicas, da integração com o Sistema Único de Saúde e da capacitação contínua dos profissionais de enfermagem, de modo a minimizar as vulnerabilidades e garantir um cuidado materno-infantil que seja mais seguro e humanizado.

1

Palavras-chave: Enfermagem. Cuidado Pré-Natal. Gestantes. Prisões.

¹ Acadêmico do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

² Acadêmico do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

³ Acadêmico do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

⁴ Enfermeiro. Mestre, Doutor com pós-doutorado pelo Programa Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da UFF; Docente nos Cursos da Universidade Iguaçu (UNIG) de Graduação em Enfermagem, Lato Sensu em Enfermagem em CTI e Emergência; Enfermagem em Neonatologia e Pediatria; Enfermagem em Obstetrícia; Fisioterapia em CTI com ênfase em Neonatologia, Pediatria e Adulto. Stricto Sensu: Mestrado Acadêmico em Vigilância em Saúde.

⁵ Enfermeira. Mestre em Educação Em Saúde pela Universidade Federal Fluminense; Docente na Graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

⁶ Enfermeiro. Mestre em Saúde Materno-Infantil - Faculdade de Medicina - UFF; Docente do Curso de Graduação em Enfermagem - Universidade Iguaçu - UNIG.

ABSTRACT: This article analyzes the challenges faced by nursing professionals in prenatal care for pregnant women deprived of liberty in the Brazilian prison system, emphasizing how structural, organizational, and healthcare weaknesses affect the quality of maternal and child care. The study aimed to investigate the role of nursing in prenatal care for incarcerated women, considering the ethical, legal, and institutional aspects related to healthcare within the prison environment. This is an integrative literature review with a qualitative approach, conducted through a bibliographic survey in the SciELO, LILACS, Virtual Health Library (VHL), and Google Scholar databases, including publications from 2021 to 2025. DeCS/MeSH descriptors combined with Boolean operators were used to select the studies. The analysis revealed that the main difficulties faced by nursing professionals are related to poor prison infrastructure, lack of human resources, limited access to healthcare services, and the absence of specific protocols for obstetric care in prisons. It was also observed that nursing plays a fundamental role in promoting comprehensive and humanized care, as well as ensuring the rights of pregnant women deprived of liberty. Therefore, prenatal care in the prison system must be strengthened through the improvement of public policies, integration with the Unified Health System, and continuous training of nursing professionals in order to reduce vulnerabilities and ensure safer and more humanized maternal and child care.

Keywords: Nursing. Prenatal Care. Pregnant Women. Prisons.

RESUMEN: Este artículo analiza los desafíos que enfrenta la enfermería en la atención prenatal de mujeres embarazadas privadas de libertad en el sistema penitenciario brasileño, enfatizando cómo las fragilidades estructurales, organizacionales y asistenciales afectan la calidad de la atención materno-infantil. La investigación tuvo como objetivo analizar la actuación de la enfermería en el seguimiento prenatal de mujeres encarceladas, considerando los aspectos éticos, legales e institucionales relacionados con la atención de salud en el contexto penitenciario. Se trata de una revisión integradora de la literatura, con enfoque cualitativo, realizada mediante un levantamiento bibliográfico en las bases SciELO, LILACS, Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y Google Académico, incluyendo publicaciones entre 2021 y 2025. Para la selección de los estudios se utilizaron descriptores DeCS/MeSH combinados con operadores booleanos. El análisis de los artículos evidenció que las principales dificultades enfrentadas por los profesionales de enfermería están relacionadas con la precariedad de la infraestructura penitenciaria, la escasez de recursos humanos, el acceso limitado a los servicios de salud y la ausencia de protocolos específicos para la atención obstétrica en prisión. También se observó que la enfermería desempeña un papel fundamental en la promoción de una atención integral y humanizada, además de garantizar los derechos de las mujeres embarazadas privadas de libertad. Por lo tanto, es necesario fortalecer la atención prenatal en el sistema penitenciario mediante el fortalecimiento de las políticas públicas, la integración con el Sistema Único de Salud y la capacitación continua de los profesionales de enfermería, con el fin de reducir vulnerabilidades y garantizar una atención materno-infantil más segura y humanizada.

Palabras clave: Enfermería. Atención Prenatal. Mujeres Embarazadas. Prisiones.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional é o conjunto de instituições responsáveis pelo cumprimento de penas privativas de liberdade, com a função de punir e organizar a sociedade diante dos crimes.

Historicamente, foi estruturado com foco na população masculina, influenciando seu funcionamento e deixando lacunas quanto a outros grupos (Alvim *et al.*, 2022).

No contexto atual, observa-se uma mudança nesse cenário, impulsionada pelo aumento da população feminina no sistema prisional e pela necessidade de reconhecimento de suas especificidades. Nesse sentido, torna-se essencial uma abordagem mais humanizada e direcionada a esse público (Carvalho *et al.*, 2025).

Sob essa ótica, o encarceramento feminino encontra suas origens em práticas de controle social e moral sobre as mulheres. No Brasil, sua institucionalização ocorreu com o Código Penal de 1940, ao estabelecer a separação entre homens e mulheres no cumprimento das penas, configurando o início da organização do sistema prisional feminino (Zambrana; Sallum, 2021).

À medida que se intensificava a presença feminina no cárcere, evidenciou-se a necessidade de espaços específicos, culminando na criação de instituições como a Penitenciária Madre Pelletier, inaugurada em 1937 e reconhecida como a primeira prisão feminina do Brasil, o que demonstra a progressiva atenção destinada a esse grupo (Brasil, 1984; SENAPPEN, 2024).

Observa-se um aumento significativo da população carcerária feminina, com mais de 714.000 mulheres privadas de liberdade no mundo e crescimento de 455% no Brasil entre 2000 e 2016. Com a intensificação da presença feminina no cárcere, surgiu a necessidade de espaços específicos, como a Penitenciária Madre Pelletier, inaugurada em 1937 e considerada a primeira prisão feminina do Brasil (SENAPPEN, 2024; Carvalho *et al.*, 2025).

Diante disso, a presença feminina no sistema prisional evidencia demandas específicas relacionadas à saúde da mulher, considerando suas particularidades biológicas e sociais. Entre essas demandas, destaca-se a gestação, compreendida como um processo que requer acompanhamento contínuo e assistência qualificada, sobretudo no contexto do cárcere, onde se tornam ainda mais relevantes as ações de cuidado integral (Souza *et al.*, 2023).

Em consonância com o exposto, a assistência à gestante no sistema prisional está inserida no conjunto de ações voltadas à saúde da mulher, sendo orientada por diretrizes que preveem o acompanhamento pré-natal e o cuidado durante o ciclo gravídico-puerperal. Trata-se, portanto, de um campo que envolve a atuação de profissionais de saúde e a organização de serviços que atendam às especificidades desse período dentro do contexto prisional (BRASIL, 2009; 2022).

A atuação da enfermagem nesse contexto mostra-se fundamental na promoção do cuidado integral à saúde da mulher privada de liberdade, especialmente no acompanhamento

do período gestacional, por meio da assistência pré-natal e da orientação em saúde (Campelo *et al.*, 2024; Santos; Estevão; Santos, 2025).

Todavia, apesar da relevância dessa atuação, observam-se fragilidades no sistema prisional, sobretudo no que se refere à infraestrutura e ao acesso aos serviços de saúde. Muitas unidades não dispõem de condições adequadas para o acompanhamento gestacional, realização de exames ou assistência ao parto, o que compromete diretamente a qualidade do cuidado ofertado (INFOPEN, 2017; Oliveira *et al.*, 2023).

Em decorrência desse contexto, a ausência ou insuficiência do acompanhamento pré-natal adequado pode acarretar riscos significativos tanto para a gestante quanto para o feto, como complicações na gestação, parto prematuro, baixo peso ao nascer e aumento da morbimortalidade materno-infantil, evidenciando o distanciamento entre as diretrizes estabelecidas e a realidade vivenciada no sistema prisional (Gama *et al.*, 2022).

Sendo de suma importância o papel do profissional enfermeiro no sistema prisional para a assistência à saúde de gestantes privadas de liberdade, contribuindo para a promoção, prevenção e garantia de direitos. Diante do crescimento dessa população e das limitações impostas pelo ambiente prisional, torna-se necessária uma atenção qualificada que atenda às especificidades do período gestacional (Silva *et al.*, 2023).

4

Nesse sentido, é relevante analisar a atuação do enfermeiro no pré-natal nesse contexto, a fim de identificar fragilidades na assistência. A escassez de estudos sobre o tema reforça sua importância, evidenciando a necessidade de produção científica que contribua para a melhoria das práticas em saúde (Santana; Silva; Sousa, 2022)

Este estudo contribui para o avanço científico ao ampliar a compreensão sobre a atuação do enfermeiro na assistência pré-natal em contexto prisional, evidenciando fragilidades estruturais e organizacionais que impactam a qualidade do cuidado. Além disso, fornece subsídios para a qualificação da prática assistencial, fortalecimento das políticas públicas e desenvolvimento de novas pesquisas na área da saúde da mulher em situação de privação de liberdade (Campelo *et al.*, 2024; Santos; Estevão; Santos, 2025).

A relevância deste estudo está na necessidade de aprofundar a produção científica sobre a assistência de enfermagem às gestantes privadas de liberdade, considerando a vulnerabilidade dessa população e as limitações ainda existentes no sistema prisional brasileiro. Trata-se de uma temática atual e necessária, uma vez que contribui para o fortalecimento das políticas públicas

de saúde, para a qualificação da assistência pré-natal e para a garantia dos direitos fundamentais à saúde materno-infantil (Carvalho *et al.*, 2025; Souza *et al.*, 2023).

Também fornece dados que podem subsidiar a elaboração de protocolos assistenciais e o desenvolvimento de novas investigações científicas sobre a temática, evidenciando déficits estruturais e organizacionais do sistema prisional e apoiando o aprimoramento das práticas de cuidado à saúde materna e neonatal (Carvalho *et al.*, 2025; Santos; Estevão; Santos, 2025).

Com base no exposto, foi estabelecido como questão norteadora: “Quais são os principais desafios estruturais, organizacionais e assistenciais enfrentados pelo profissional enfermeiro na assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro?”

Ademais, busca-se compreender como as condições estruturais e organizacionais do sistema prisional influenciam a atuação da enfermagem na assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade, considerando os impactos dessas condições na qualidade do cuidado ofertado.

Apesar das diretrizes que garantem a assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade, persistem fragilidades estruturais, organizacionais e assistenciais no sistema prisional que comprometem a atuação do enfermeiro e a qualidade do cuidado ofertado. Essas limitações impactam diretamente a saúde materno-infantil, aumentando riscos e dificultando a continuidade da assistência. Nesse contexto, observa-se uma lacuna na literatura quanto à compreensão dos fatores que limitam essa atuação e seus efeitos na qualidade do cuidado, evidenciando a necessidade de investigação sobre o tema (Santana; Silva; Sousa, 2022; Campelo *et al.*, 2024).

O estudo tem como objetivo geral: Analisar os desafios da atuação do enfermeiro na assistência pré - natal de mulheres privadas de liberdade, considerando os aspectos estruturais, éticos e legais que envolvem o cuidado materno no sistema prisional. E como objetivos específicos: Analisar os fatores estruturais e organizacionais que impactam a assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade; examinar as práticas de enfermagem obstétrica voltadas à promoção de cuidado integral e humanizado em contexto prisional e propor estratégias de enfermagem que fortaleçam a assistência pré-natal e subsidiem políticas públicas voltadas à saúde da mulher encarcerada.

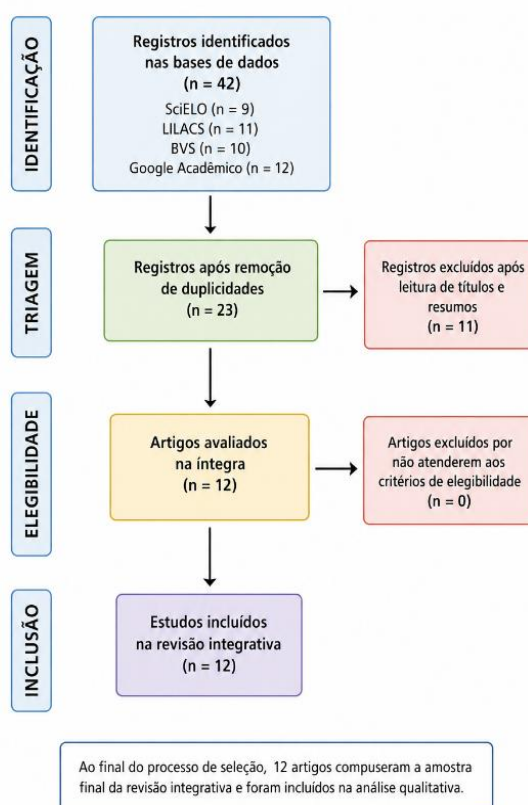
MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases científicas. Essa estratégia possibilita compreender os desafios enfrentados pelo enfermeiro no cuidado às gestantes privadas de liberdade, considerando aspectos sociais, estruturais e profissionais.

A questão norteadora foi estruturada pelo modelo PICO, em que o problema corresponde às gestantes privadas de liberdade, a intervenção refere-se à assistência de enfermagem, a comparação diz respeito à ausência ou limitação dessa assistência e o desfecho relaciona-se à qualificação do cuidado pré-natal e à saúde materna. A partir dessa estrutura, formulou-se a pergunta: Quais os desafios enfrentados pelo enfermeiro na assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade?

A busca foi realizada entre 2021 e 2025 nas bases SciELO, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), complementada pelo Google Acadêmico. Para a construção da estratégia de busca, foram utilizados descritores DeCS/MeSH combinados com operadores booleanos, como “Cuidado Pré-Natal” AND “Gestantes” AND “Enfermagem”, “Saúde Materna” OR “Saúde da Mulher” e “Prisões” AND “Brasil”, o que possibilitou localizar estudos relevantes e alinhados ao objetivo da pesquisa.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos estudos conforme as recomendações PRISMA



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), adaptado de PRISMA Statement (2020).

A Figura 1 apresenta o fluxograma de seleção dos estudos incluídos na revisão integrativa, elaborado conforme as recomendações do método PRISMA, demonstrando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos analisados. Critérios de inclusão: artigos originais, revisões e documentos técnicos publicados entre 2021 e 2025, em português, inglês ou espanhol, disponíveis na íntegra, que abordassem assistência de enfermagem, saúde materna ou contexto prisional.

Critérios de exclusão: artigos repetidos e textos indisponíveis: A busca inicial resultou em 42 publicações. Após aplicação dos critérios de exclusão, 23 permaneceram. Destes, 12 artigos foram selecionados para compor o corpus da análise, apresentados no Quadro 1.

Os estudos selecionados foram organizados em quadros e submetidos à análise temática, permitindo identificar categorias relacionadas aos desafios institucionais, práticas de enfermagem e impactos na saúde materno-infantil.

Quadro 1: Levantamento estrutural dos artigos selecionados nas bases de dados da temática

Título/Ano	Autores/Revista	Principais contribuições
Sistema prisional feminino: as necessidades que as mulheres apresentam (2022)	ALVIM, Ana Carolina <i>et al.</i> / Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior	Aborda as principais demandas das mulheres no sistema prisional, incluindo questões de saúde, higiene e condições estruturais, evidenciando vulnerabilidades específicas desse público.
Dispõe sobre medidas de proteção à gestante no cárcere (2022)	BRASIL / Diário Oficial da União	Assegura direitos específicos às gestantes privadas de liberdade, como acompanhamento pré-natal adequado e proteção à maternidade.
Relatório nacional de informações penais – RELIPEN – 2º semestre de 2024 (2024)	BRASIL / Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apresenta dados atualizados sobre a população carcerária brasileira, permitindo análise das condições do sistema prisional e apoio à formulação de políticas públicas.
Acesso e cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense (2024)	CAMPELO, Isabella Lima Barbosa <i>et al.</i> / Ciência & Saúde Coletiva	Discute o acesso aos serviços de saúde no cárcere feminino, destacando dificuldades estruturais e necessidade de melhorias na assistência.
Assistência às gestantes e puérperas do sistema prisional brasileiro (2025)	CARVALHO, Caroline Silva de <i>et al.</i> / Revista Pró-UniverSUS	Analisa o cuidado oferecido a gestantes e puérperas privadas de liberdade, evidenciando fragilidades no acompanhamento e na garantia de direitos.
The perception of women before pregnancy: the experience and care (2022)	GAMA, Raphaela Mota de Oliveira <i>et al.</i> / Research, Society and Development	Explora percepções femininas relacionadas à vivência e ao cuidado antes da gestação, considerando fatores que influenciam a saúde reprodutiva.

Prenatal nursing care for women living in private prison in Brazil (2023)	OLIVEIRA, Bianca Souza de <i>et al.</i> / Research, Society and Development	Aborda a atuação da enfermagem no pré-natal de mulheres privadas de liberdade, destacando desafios e a importância de um cuidado integral.
Desafios da atuação do enfermeiro na assistência ao pré-natal de mulheres privadas de liberdade (2022)	SANTANA, Evilin Mota; SILVA, Sara Alves da; SOUSA, Patrícia Maria Lima Silva de / Research, Society and Development	Evidencia dificuldades enfrentadas por profissionais de enfermagem no pré-natal no contexto prisional, incluindo limitações estruturais e institucionais.
Assistência de enfermagem no pré-natal a mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa (2025)	SANTOS, Jamilytha Silva; ESTEVÃO, Maria Gabriela Araújo; SANTOS, Tâmyssa Simões dos / Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro (REMUNOM)	Reúne evidências sobre a assistência de enfermagem no pré-natal no cárcere, destacando lacunas e a necessidade de qualificação do cuidado.
Assistência de enfermagem à gestante no sistema carcerário: uma revisão integrativa (2023)	SILVA, Rafael Lucas Barros Abreu <i>et al.</i> / Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences (BJIHS)	Analisa produções científicas sobre o cuidado à gestante no sistema prisional, enfatizando a importância de práticas humanizadas.
Linha de cuidado integral sobre saúde da mulher (2023)	SOUZA, J. B. de <i>et al.</i> / Revista Técnico-Científica CEJAM	Descreve estratégias de organização do cuidado integral à saúde da mulher, contemplando ações de promoção, prevenção e assistência.
Cárcere feminino: o domínio exercido sobre a mulher no sistema penal (2021)	ZAMBRANA, B. V.; SALLUM, C. / Revista do Instituto de Ciências Penais	Analisa relações de poder no sistema penal feminino, evidenciando desigualdades de gênero e impactos sociais do encarceramento.

Fonte: Produção dos autores, 2026.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

8

Previamente à exposição das categorias temáticas, a análise dos estudos selecionados possibilitou a identificação de elementos comuns à assistência de enfermagem às gestantes sem liberdade no sistema prisional brasileiro. Os resultados mostraram que os obstáculos que os profissionais de enfermagem enfrentam vão além do aspecto clínico, envolvendo também fatores estruturais, organizacionais, sociais e institucionais que afetam diretamente a qualidade do cuidado pré-natal. A leitura crítica e comparativa dos artigos que compõem esta revisão integrativa permitiu organizar os resultados em três categorias temáticas, com o objetivo de facilitar a compreensão dos principais fatores que afetam a assistência a essa população e ressaltar estratégias que possam favorecer um cuidado mais integral, humanizado e em conformidade com as diretrizes de saúde materno-infantil.

Categoria 1. Fragilidades Estruturais e Organizacionais do Sistema Prisional

As pesquisas que foram revisadas apontaram que a realidade estrutural do sistema prisional brasileiro é um dos maiores entraves à concretização da assistência pré-natal às grávidas que estão cumprindo pena. A grande maioria das unidades prisionais femininas está

superlotada, carece de recursos materiais, possui condições sanitárias precárias e tem acesso limitado aos serviços de saúde, o que impacta diretamente a qualidade da assistência oferecida às mulheres grávidas (Alvim *et al.*, 2022). Essas situações evidenciam a disparidade entre as políticas públicas que a legislação promete e a realidade dentro das prisões.

Também se notou que diversas unidades não têm o espaço adequado para o atendimento clínico, a realização de exames e o acompanhamento obstétrico contínuo. Esse contexto limita a capacidade de atuação dos profissionais de enfermagem, especialmente no que se refere à prevenção e à educação para um cuidado integral da gestante. Oliveira *et al.* (2023) ressaltam que, sem a devida estrutura, não é possível realizar consultas regulares, exames laboratoriais ou monitoramento fetal, o que prejudica o acompanhamento do ciclo gravídico-puerperal.

Os resultados ainda evidenciaram a falta de equipes multiprofissionais e a sobrecarga dos profissionais de saúde que atuam no sistema prisional. O pequeno número de enfermeiros em várias instituições compromete tanto a continuidade da assistência quanto a possibilidade de um vínculo entre profissional e paciente, que é crucial para um cuidado humanizado na gestação (Santana; SILVA; Sousa, 2022). Essa situação abre lacunas na assistência que podem elevar os riscos para mães e recém-nascidos.

Outro ponto que se destaca são as questões logísticas que dificultam o encaminhamento das gestantes aos serviços externos de especialização. São frequentes os impedimentos de transporte, escolta policial e vagas disponíveis nos serviços de referência, o que resulta em atrasos em consultas, exames e atendimentos de urgência em muitas unidades. De acordo com Carvalho *et al.* (2025), tais dificuldades comprometem a integralidade do cuidado e favorecem a descontinuidade da assistência pré-natal.

No âmbito organizacional, constatou-se a falta de um protocolo específico de assistência obstétrica ao parturiente no contexto prisional. A falta de fluxos organizados compromete a sistematização do cuidado e limita a prática da enfermagem fundamentada em evidências científicas. A falta de padronização no atendimento, de acordo com Santos, Estevão e Santos (2025), tem um impacto direto na segurança da gestante e na qualidade das intervenções realizadas pelos profissionais de saúde.

Os estudos também evidenciaram a fragilidade na articulação entre o sistema prisional e a atenção pública à saúde. Apesar de a legislação brasileira garantir que as pessoas privadas de liberdade tenham acesso total à saúde, ainda há, na prática, barreiras institucionais que dificultam a conexão entre os serviços de saúde penitenciários e o Sistema Único de Saúde

(SUS) (Brasil, 2022). Essa falta de conexão prejudica a continuidade do acompanhamento da gestação e diminui a eficácia das medidas preventivas.

Outro ponto importante que se destacou foi a vulnerabilidade social das mulheres privadas de liberdade. Um alto percentual de gestantes privadas de liberdade viveu situações de baixa escolaridade, pobreza, violência, uso de drogas e acesso inadequado à saúde antes de serem encarceradas (Zambrana; Sallum, 2021). Esses fatores aumentam os riscos na gestação e tornam a atuação qualificada da enfermagem no ambiente prisional ainda mais indispensável.

Assim, os resultados evidenciam que os desafios organizacionais e estruturais do sistema prisional afetam diretamente a assistência pré-natal prestada às gestantes privadas de liberdade. O levantamento dos estudos possibilitou uma resposta parcial à questão orientadora da pesquisa, mostrando que a precariedade estrutural, a falta de recursos humanos e as limitações institucionais são fatores que inviabilizam a atuação do enfermeiro e comprometem a qualidade do cuidado materno-infantil oferecido no cárcere (Campelo *et al.*, 2024; Oliveira *et al.*, 2023).

Categoria 2. Atuação da Enfermagem na Promoção do Cuidado Integral e Humanizado

A revisão dos estudos selecionados mostrou que a enfermagem é fundamental na assistência às gestantes privadas de liberdade, pois realiza ações de promoção e prevenção à saúde, monitoramento clínico e orientações durante toda a gestação. A participação do enfermeiro no pré-natal é essencial para a detecção precoce de riscos obstétricos, para o acompanhamento das condições maternas e para o fortalecimento do cuidado integral à mulher que está no sistema prisional (Silva *et al.*, 2023).

Os resultados indicaram que a consulta de enfermagem é um importante recurso de acolhimento e humanização no ambiente prisional. Durante esse atendimento, o enfermeiro escuta atentamente, fornece orientações sobre como cuidar de si mesmo, monitora o progresso da gestação e oferece educação em saúde, o que ajuda a fortalecer o relacionamento entre o profissional e o paciente. De acordo com Souza *et al.* (2023), essas ações aumentam a autonomia da gestante e favorecem a saúde materna.

Os estudos também revelaram que a enfermagem tem um papel fundamental na proteção dos direitos das mulheres grávidas que estão privadas de liberdade, servindo como ponte entre as demandas das pacientes e os serviços oferecidos pela instituição. Em várias situações, é o enfermeiro quem mais se destaca na identificação de vulnerabilidades, no

encaminhamento de demandas sociais e na garantia do acesso aos serviços de saúde que são previstos em lei (Carvalho *et al.*, 2025).

Outro ponto observado foi a relevância das atividades educativas promovidas pela enfermagem no interior das unidades prisionais. As orientações sobre alimentação saudável, higiene, amamentação, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e cuidados com o recém-nascido foram essenciais para a promoção da saúde e a diminuição das complicações durante a gestação. Segundo Campelo *et al.* (2024), a educação em saúde possibilita que as mulheres entendam melhor a gestação, aumentando a adesão ao pré-natal.

Mesmo com a relevância da atuação da enfermagem, os estudos apontaram que os profissionais enfrentam barreiras importantes para realizar um cuidado totalmente humanizado. Práticas assistenciais mais resolutivas e acolhedoras se tornam difíceis de serem implementadas devido à sobrecarga de trabalho, falta de materiais, ausência de capacitação específica e insegurança institucional (Santana; Silva; Sousa, 2022).

Constatou-se, ainda, que a própria natureza do ambiente prisional, com suas regras rigorosas e restrições à liberdade, somadas à vulnerabilidade emocional dos detentos, muitas vezes compromete a humanização do atendimento. É comum que mulheres grávidas que estão presas experimentem medo, ansiedade, sensação de abandono e sofrimento psicológico, o que exige dos profissionais de enfermagem uma abordagem sensível e empática (Gama *et al.*, 2022).

11

Outro ponto importante é a capacitação contínua dos profissionais que trabalham no sistema prisional. A qualificação profissional propicia uma segurança assistencial mais sólida, aprimora o acolhimento às gestantes e fortalece a prática baseada em evidências. Segundo Santos, Estevão e Santos (2025), a educação permanente é fundamental para qualificar a assistência obstétrica no ambiente penitenciário.

Os resultados, portanto, ressaltam que a enfermagem é fundamental na promoção de um cuidado integral e humanizado às gestantes privadas de liberdade. No entanto, a concretização dessa atuação ainda esbarra em barreiras institucionais e estruturais que limitam a prática profissional. Dessa forma, a investigação responde à problematização ao evidenciar que os desafios que os enfermeiros encontram estão intrinsecamente ligados às condições precárias do sistema prisional e à falta de suporte organizacional para uma assistência pré-natal qualificada (Oliveira *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2023).

Categoria 3. Estratégias para Fortalecimento da Assistência Pré-Natal no Sistema Prisional

Os estudos revisados mostram que o fortalecimento da assistência pré-natal no sistema prisional é uma consequência da adoção de estratégias que visem à melhoria estrutural, organizacional e assistencial. Entre as medidas principais, encontra-se a ampliação do acesso aos serviços de saúde nas unidades prisionais, com atendimento contínuo, realização de exames e acompanhamento multiprofissional durante toda a gestação (Brasil, 2022).

Os resultados mostraram que é preciso investir em uma infraestrutura adequada para atender às gestantes que estão privadas de liberdade. A criação de locais exclusivos para consultas, a realização de procedimentos e o acolhimento materno favorece uma assistência mais privada, segura e humanizada. Ambientes apropriados, segundo Carvalho *et al.* (2025), proporcionam aos trabalhadores de enfermagem condições de trabalho superiores e um cuidado mais qualificado.

Outra estratégia que foi apontada é a elaboração de protocolos assistenciais específicos para o pré-natal no contexto do sistema prisional. A uniformização das práticas de enfermagem possibilita um cuidado mais estruturado, com atendimentos que se tornam mais eficientes e uma segurança clínica das gestantes que se torna mais robusta. Segundo Santos, Estevão e Santos (2025), a utilização de protocolos fundamentados em evidências é uma estratégia para

12

minimizar falhas na assistência e aprimorar a qualidade da assistência obstétrica. Os estudos também ressaltaram a necessidade de uma articulação entre o sistema prisional e a rede pública de saúde. A articulação com o Sistema Único de Saúde fortalece a continuidade do cuidado, o acesso a especialidades e o correto encaminhamento das gestantes que apresentam risco obstétrico (Souza *et al.*, 2023). Essa junção é uma estratégia crucial para assegurar que a assistência materno-infantil seja completa.

Também se destacou a urgência de ampliar as iniciativas de educação permanente para os profissionais de enfermagem. O contínuo aprimoramento em saúde da mulher, direitos humanos e assistência obstétrica para o cárcere resulta em maior preparo técnico-científico e em práticas assistenciais mais humanizadas e eficazes (Campelo *et al.*, 2024).

Os resultados também evidenciaram a relevância das atividades educativas voltadas às próprias gestantes que estão privadas de liberdade. Fomentar grupos educativos e ações de promoção à saúde favorece o autocuidado, melhora o relacionamento com os profissionais e aumenta a adesão ao pré-natal. De acordo com Gama *et al.* (2022), a educação em saúde é uma ferramenta crucial para diminuir as vulnerabilidades durante a gravidez.

Os estudos também evidenciaram a urgência de que as políticas públicas de saúde voltadas para a mulher presa sejam consolidadas. Apesar da existência de legislações que garantem direitos às gestantes encarceradas, muitas vezes as políticas não se concretizam na rotina das instituições prisionais (Brasil, 2009; Brasil, 2022). Nesse sentido, é imprescindível fortalecer os mecanismos de controle e supervisão da assistência oferecida.

Os resultados evidenciam que a assistência pré-natal no sistema prisional deve ser aprimorada por meio de um trabalho conjunto entre os gestores, os profissionais de saúde e os órgãos governamentais. Investir em estratégias que qualifiquem a enfermagem, fortaleçam estruturalmente as unidades e garantam os direitos das gestantes privadas de liberdade é um passo importante para minimizar as vulnerabilidades materno-infantis no cárcere. Dessa forma, a investigação responde de forma completa à questão que guia o estudo ao evidenciar que os obstáculos da enfermagem provêm, em sua maioria, de falhas estruturais e organizacionais, mas também revela que há estratégias que podem potencializar a assistência e favorecer um cuidado mais humanizado e integral (Campelo *et al.*, 2024; Carvalho *et al.*, 2025; Santos; Estevão; Santos, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

13

A partir da análise dos estudos, foram identificados os principais desafios que os profissionais de enfermagem encontram na assistência às gestantes que estão privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil. Fatores como a precariedade da infraestrutura das unidades prisionais, a falta de pessoal, o acesso limitado aos serviços de saúde especializados e a frágil articulação entre o sistema prisional e a rede pública de saúde revelam-se comprometedores da qualidade da assistência pré-natal oferecida a essas mulheres. Esses pontos indicam que, mesmo com os avanços legais e as políticas públicas destinadas a assegurar os direitos das mulheres no sistema prisional, ainda existem obstáculos que tornam difícil a implementação de um cuidado que seja integral, seguro e humanizado.

Constatou-se ainda que o enfermeiro está em uma posição estratégica para a promoção da saúde materno-infantil no contexto prisional, tendo em vista que ele acolhe, acompanha clinicamente, educa em saúde, identifica precocemente riscos gestacionais e defende os direitos das gestantes. A intervenção desse profissional foi crucial para atenuar vulnerabilidades e promover melhores resultados maternos e neonatais, sobretudo em cenários com restrições estruturais e sociais.

Os resultados foram capazes de responder à questão que orientou o estudo, evidenciando que os principais empecilhos enfrentados pela enfermagem decorrem, em grande parte, de fragilidades estruturais, organizacionais e institucionais do sistema prisional. Essas barreiras impactam de maneira direta a manutenção do cuidado, o acesso aos serviços de saúde e a implementação das práticas assistenciais indicadas para o acompanhamento durante a gestação.

Esta pesquisa, portanto, contribui para o entendimento da assistência de enfermagem à gestante privada de liberdade e ressalta a importância de fortalecer as políticas públicas de saúde da mulher no cárcere. É fundamental implementar protocolos específicos de assistência obstétrica, aumentar o número de profissionais de saúde nas unidades prisionais, oferecer qualificação contínua às equipes de enfermagem e fortalecer a integração entre o sistema prisional e o Sistema Único de Saúde.

Uma das limitações do estudo foi a falta de publicações recentes que tratassem especificamente da atuação da enfermagem em relação às gestantes que estão privadas de liberdade, o que evidencia a necessidade de novas pesquisas sobre o tema. É aconselhável que estudos futuros investiguem as vivências práticas de enfermeiros que trabalham no sistema prisional e analisem a eficácia de ações assistenciais que busquem a humanização do cuidado materno-infantil nesse ambiente. Com isso, busca-se contribuir para a construção de uma assistência mais qualificada, justa e que se comprometa com a efetivação dos direitos das gestantes privadas da liberdade.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A. C.; OLIVEIRA, G.; VALLE, L.; OLIVEIRA, T. G. Sistema prisional feminino: as necessidades que as mulheres apresentam. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 21, 2022. Disponível em: <https://jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/866>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009. **Altera a Lei de Execução Penal**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11948.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.326, de 12 de abril de 2022. **Dispõe sobre medidas de proteção à gestante no cárcere**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 abr. 2022. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14326-12-abril-2022-792501-publicacaooriginal-164960-pl.html>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Relatório nacional de informações penais – RELIPEN – 2º semestre de 2024. Brasília: MJSP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-de-informacoes-penitenciarias/relatorio-do-2o-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN – junho de 2017. Brasília: SENAPPEN, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

CAMPELO, I. L. B.; BEZERRA, A. D. C.; GUIMARÃES, J. M. X.; MORAIS, A. P. P.; ALBUQUERQUE, G. A.; FERREIRA, R. G. L. A.; VIEIRA-MEYER, A. P. G. F. Acesso e cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 29, n. 6, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.09172023>.

CARVALHO, C. S.; SILVA, G. S. V.; RICCI, A. Q.; SOUZA, A. S.; SILVA, J. S. L. G.; GOMES, E. N. F. Assistência às gestantes e puérperas do sistema prisional brasileiro. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 16, n. 3, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21727/rpu.v16i3.3479>.

GAMA, R. M. O.; TECHIO, G. F. D.; SANTOS, L. B. T.; RETONDE, D. G. O.; LEON, J. M.; SOUZA, V. M. The perception of women before pregnancy: the experience and care. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.37733>.

OLIVEIRA, B. S.; LEMOS, R. C. B.; BARROS, F. D.; FUTURO, M. P. R.; OLIVEIRA, F. K. F. Prenatal nursing care for women living in private prison in Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 5, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i5.40122>.

SANTANA, E. M.; SILVA, S. A.; SOUSA, P. M. L. S. Desafios da atuação do enfermeiro na assistência ao pré-natal de mulheres privadas de liberdade. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e317111436107, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 17 abr. 2026.

SANTOS, J. S.; ESTEVÃO, M. G. A.; SANTOS, T. S. S. Assistência de enfermagem no pré-natal a mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro (REMUNOM)**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4194>. Acesso em: 17 abr. 2026.

SILVA, R. L. B. A.; SILVA, E. W.; CASTRO, A. G. S.; SILVA, K. V. G.; PEIXOTO, F. F.; SANTOS, R. L. P.; LUCENA, N. A.; RIBEIRO, V. L.; COSTA, L. J. P. Assistência de enfermagem à gestante no sistema carcerário: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 5311-5326, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n5p5311-5326>.

SOUZA, J. B.; ABREU, B. R.; IUSIM, L. M. C. D.; SAKATA, A. E.; STEIN, A.; MENESES, A. S.; RAMALHO, A. Linha de cuidado integral sobre saúde da mulher. **Revista Técnico-Científica CEJAM**, v. 2, e202320014, 2023. DOI: <https://doi.org/10.59229/2764-9806.RTCC.e202320014>.

ZAMBRANA, B. V.; SALLUM, C. Cárcere feminino: o domínio exercido sobre a mulher no sistema penal. **Revista do Instituto de Ciências Penais**, Belo Horizonte, v. 4, p. 343–367, 2021. Disponível em: <https://www.ricp.org.br/index.php/revista/article/view/75>. Acesso em: 17 abr. 2026.